



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Milena Luiza da Silva

PRONERA:
EDUCAÇÃO NO CAMPO E A EXPERIÊNCIA DA UAST NO
SERTÃO DO PAJEÚ-PE

Recife
Julho 2021

Milena Luiza da Silva

PRONERA:
EDUCAÇÃO NO CAMPO E A EXPERIÊNCIA DA UAST NO
SERTÃO DO PAJEÚ-PE

Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso, do Bacharelado em Ciências Sociais na Universidade Federal Rural de Pernambuco, sob a orientação do Professor Doutor Maurício Sardá de Faria.

Aprovado em 28 de Julho de 2021.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Maurício Sardá de Faria.
(Orientador)

Prof. Dr. Paulo Afonso Barbosa de Brito.

Prof. Dr. Aristeu Portela Júnior.

Recife
Julho 2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586p

da Silva, Milena Luiza

PRONERA: educação no campo e a experiência da UAST no sertão do Pajeú-PE / Milena Luiza da Silva. - 2021.
22 f. : il.

Orientador: Mauricio Sarda de Faria.
Inclui referências e anexo(s).

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Bacharelado em
Ciências Sociais, Recife, 2021.

1. Política pública. 2. PRONERA- INCRA/PE. 3. Movimentos sociais. I. Faria, Mauricio Sarda de, orient. II. Título

CDD 300

RESUMO

O presente artigo possui como tema geral a educação voltada para os trabalhadores e trabalhadoras do campo, especialmente o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) enquanto política pública conquistada pelos movimentos sociais do campo através das suas lutas durante os anos 1990. A compreensão da importância e abrangência do PRONERA será buscada através do estudo da experiência recente do Curso Técnico em Agropecuária com Ênfase em Agroecologia para Jovens e Adultos em Áreas da Reforma Agrária na Região do Sertão do Pajeú-PE, realizado pela Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UAST) da UFRPE. Destaca-se, dentre os resultados, que mesmo com algumas dificuldades, o Curso realizado pela UAST representa uma vitória para os movimentos camponeses de Pernambuco e para a universidade pública brasileira, aproximando ainda mais a academia da sociedade.

Palavras-Chave: Política Pública; Pronera- INCRA/PE; Movimentos Sociais.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo possui como tema geral a educação voltada para os trabalhadores e trabalhadoras do campo, especialmente o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) enquanto política pública conquistada pelos movimentos sociais do campo através das suas lutas durante os anos 1990. A compreensão da importância e abrangência do PRONERA será buscada através do estudo da experiência recente do Curso Técnico em Agropecuária com Ênfase em Agroecologia para Jovens e Adultos em Áreas da Reforma Agrária na Região do Sertão do Pajeú-PE, realizado pela Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UAST) da UFRPE, finalizado em 2021.

O estímulo para a realização deste trabalho teve origem, primeiramente, no fato de estar atualmente trabalhando no Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), na sua sede em Recife, o que nos possibilitou uma proximidade e conhecimento com o objeto da pesquisa. A atuação no INCRA despertou o desejo de aprofundamento nas questões das políticas públicas para o meio rural, em específico na área de educação. Optamos pelo PRONERA, tendo em vista que ocupa uma posição estratégica na política governamental na educação na reforma agrária em Pernambuco.

No decorrer da pesquisa, ao realizarmos o levantamento dos cursos do PRONERA em andamento atualmente, identificamos o Projeto do Curso Técnico em Agropecuária com Ênfase em Agroecologia executado em parceria com a UAST/UFRPE¹. Nesse percurso, o que inicialmente estava direcionado para um estudo das políticas educacionais do INCRA para os assentamentos de reforma agrária, voltou-se para o estudo desse caso específico da UAST com a intenção de conhecer mais profundamente como se dá a construção de uma experiência do PRONERA em Pernambuco.

O tema mais geral da educação no Brasil representa já um grande desafio. O Brasil é um dos 15 países mais desiguais do mundo, ocupando a 9º (nona) posição no ranking de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra Domicílios Contínua (PNADC/IBGE 2019). Em um país com esse nível de exclusão e desigualdade, refletir sobre a educação é questão de justiça social,

¹ - O outro curso do PRONERA em execução no momento da pesquisa era o Curso de Licenciatura em Geografia em regime de alternância, realizado em parceria com a UPE, através do Campus Mata Norte (CMN).

uma vez que esta é uma política capaz de contribuir para a redução de nossas desigualdades históricas.

Uma vez que essa desigualdade é nossa marca, quando adentramos no campo percebemos a precariedade no quesito do acesso à educação. Historicamente no meio rural a educação nunca se configurou como uma ação projetada e institucionalizada do Estado Brasileiro. Esse fato impossibilitou o povo do campo, especialmente os trabalhadores, o acesso à educação pública, processo que se acentuou a partir da década de 1950 e o aumento do processo de êxodo rural. A prof.^a Mônica Molina assim descreve essa realidade:

O Brasil possui 76,2 mil escolas rurais, de acordo com dados do Censo Escolar 2011. A mesma pesquisa mostra que, desse total, 42 mil são multisseriadas, quase 15% ainda não possuem energia elétrica, 89% não têm biblioteca e 81% não contam com laboratório de informática. Além da infraestrutura precária, um levantamento do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), feito com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2009, indica que 2,5% das crianças e dos adolescentes com idade entre 7 e 14 anos que vivem no campo estão fora da escola. Isso revela que ainda estamos longe de universalizar o acesso à Educação Básica na zona rural e de garantir a qualidade dele. Outro desafio é a formação dos professores que atuam nas escolas do campo. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), aproximadamente 160 mil (44%) não possuem sequer ensino superior. (2012)

Essa situação de exclusão da população do campo contrasta com os direitos fundamentais assegurados na Constituição Federal de 1988, especialmente o artigo 6º, que firma como direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados" (CF,1988).

Foi a partir da CF de 1988 e da redemocratização do Brasil que importantes mudanças começaram a surgir no campo das políticas públicas. Destacamos aqui a inclusão da sociedade civil nos processos de formulação e implementação de políticas públicas. (FARAH, 2016). Entendemos que o processo de formulação de políticas públicas, de forma geral, "é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real" (SOUZA, 2002, p. 5).

Diante disso, os Movimentos Sociais Populares do Campo tiveram uma atribuição importante nesse contexto, qual seja: colocar, na agenda política, as questões de educação e formação humana e realizar ações contra hegemônicas, também no campo da educação, em prol de outra lógica de projeto de sociedade, de educação e de produção da vida. Entendemos

que a educação no campo foi, é e será um movimento que luta pela conquista de políticas públicas, dentre as quais destacamos a conquista do PRONERA.

O PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária foi criado em 1998, vinculado ao então Ministério Extraordinário da Política Fundiária (MEPF). Por intermédio do Pronera, jovens e adultos dos projetos de assentamentos criados e reconhecidos pelo INCRA, quilombolas e trabalhadores acampados cadastrados no Instituto de colonização e Reforma Agraria (INCRA) e beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), podem ter acesso à educação/qualificação públicos diferenciados, que atentem para as especificidades e interesses dessa população.

Ao longo dos anos 2000, os projetos do PRONERA foram ampliando-se e, hoje, visam atender a alfabetização de jovens e adultos nos anos iniciais e finais do ensino fundamental e médio na modalidade EJA, ensino médio profissional, técnico, ensino superior, chegando à pós-graduação, através de parcerias entre o INCRA e com instituições públicas de ensino, instituições comunitárias de ensino sem fins lucrativos e com os governos estaduais e municipais, além da participação de movimentos sociais e sindicais de trabalhadores e trabalhadoras.

Compreendendo a importância da educação do campo para a população camponesa no Brasil, procuramos compreender o PRONERA enquanto uma conquista dos movimentos sociais do campo, a construção dessa política pública voltada para a educação dos trabalhadores do campo, e analisar o caso específico do Curso Técnico em Agropecuária com Ênfase em Agroecologia para Jovens e Adultos em Áreas da Reforma Agrária na Região do Sertão do Pajeú-PE, realizado pela Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UAST) da UFRPE. O estudo desse caso nos possibilitará uma aproximação com a realidade do PRONERA, os avanços e desafios para o aprimoramento do Programa em Pernambuco.

O estudo realizado assumiu uma natureza qualitativa e exploratória, procurando entender o fenômeno a partir das suas manifestações mais imediatas, em busca do sentido das ações dos sujeitos envolvidos. Utilizamos como métodos específicos a pesquisa bibliográfica, a partir dos temas da educação do campo e do PRONERA. Realizamos também a análise de documentos fornecidos pela Coordenação do Curso Técnico em Agropecuária da UAST, que possibilitaram compreender a implantação e o desenvolvimentos dos primeiros módulos.

Havíamos previsto a realização da coleta de informações diretamente com os alunos do Curso e lideranças dos movimentos sociais do campo, o que não foi possível em função do contexto pandêmico. Efetuamos, no entanto, os diálogos com o coordenador responsável pelo Curso na UAST e com a coordenadora de educação do MST/PE, utilizando aplicativo de aparelho celular.

Os resultados desse estudo estão organizados em três capítulos, sendo o primeiro voltado para a exposição do PRONERA; o segundo busca uma aproximação com a temática dos movimentos sociais do campo; e o terceiro apresenta o caso do Curso Técnico em Agropecuária da UAST, realizado no Sertão do Pajeú/PE. No final apresentamos algumas considerações finais sobre o trabalho.

2. PRONERA: UMA POLÍTICA PÚBLICA VOLTADA PARA EDUCAÇÃO NO CAMPO.

O acesso da população do campo à educação é uma demanda antiga. Um estudo denominado Censo da Reforma Agrária (1996), encomendado pelo Ministério Extraordinário da Política Fundiária ao Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), registrou que havia um índice de analfabetismo nas áreas de assentamentos do campo acima da média brasileira e um índice de escolaridade extremamente baixo. (SANTOS, 2012) Constatou-se, assim, evidências *da* “ausência do poder público estadual ou municipal na organização das condições que assegurassem educação para esta parcela da população, que foi se estabelecendo nesses novos territórios” (SANTOS, 2012, p. 630).

Trazendo os dados extraídos dos convênios da superintendência Regional do Incra no Estado de Pernambuco, expostos por LUCAS NETO (2011) em sua dissertação, ressalta-se que no estado atuam 14 movimentos sociais que lutam pela reforma agrária. Este autor cita dados da Secretaria de Agricultura do Estado de PE informando que o governo estadual atua junto a 194 assentamentos rurais, sendo que, nesses assentamentos, 24% da população de 3 a 17 anos nunca haviam frequentado a escola.

É nesse contexto que surge o PRONERA, como uma política pública do governo federal que visa minimizar esses índices negativos e, ao mesmo tempo, trazer melhorias para as propriedades e qualidade de vida para os camponeses.

Já aparecia, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), o direito à educação a todos, igualmente válido para o povo do campo, como previsto no art. 28:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I – conteúdos curriculares e metodologia apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996).

Pode-se perceber, nesse momento da LDB, que já aparecia a preocupação com a adequação do currículo às necessidades específicas do campo. Além disso, aparece a utilização ainda da expressão "rural", na sequência da expressão "educação básica", que seria discutida e reformulada pelos movimentos sociais do campo, a partir dos debates realizados nas I e II Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizadas em 1998 e 2002, respectivamente. Nesses encontros, surgiu a proposta de utilização da expressão Educação do Campo, e não mais rural, como uma indicação de ampliação dos movimentos camponeses e sindicais que atuam na luta pela reforma agrária e por políticas públicas voltadas para a população camponesa. (CALDART, 2012)

O esforço feito no momento de constituição da Educação do Campo, e que se estende até hoje, foi de partir das lutas pela transformação da realidade educacional específica das áreas de Reforma Agrária, protagonizadas naquele período especialmente pelo MST, para lutas mais amplas pela educação do conjunto dos trabalhadores do campo. Para isso, era preciso articular experiências históricas de luta e resistência, como as das escolas família agrícola, do Movimento de Educação de Base (MEB), das organizações indígenas e quilombolas, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), de organizações sindicais, de diferentes comunidades e escolas rurais, fortalecendo-se a compreensão de que a questão da educação não se resolve por si mesma e nem apenas no âmbito local: não é por acaso que são os mesmos trabalhadores que estão lutando por terra, trabalho e território os que organizam esta luta por educação. Também não é por acaso que se entra no debate sobre política pública. (CALDART, 2012)

Como resultado das lutas dos trabalhadores do campo e suas proposições e demandas que vai se dar o surgimento do PRONERA. Dentre o público camponês, encontram-se demandas que vão da infância à terceira idade, e que precisam ter acesso a uma escola com uma infraestrutura adequada e um ensino de qualidade. Porém, atualmente a educação voltada para

essa população, como vimos anteriormente, enfrenta vários problemas que vão desde poucas escolas para atender a demanda de alunos a falta de infraestrutura adequada para o aprendizado

O PRONERA foi criado em 1998, pelas lutas dos movimentos sociais do campo. Por esse projeto os jovens e adultos assentados podem estudar nos mais diversificados níveis de ensino. Trata-se de uma política voltada para educação no campo e seu objetivo é levar uma educação de qualidade para o campo através de implantação de projetos educacionais, usando a junção da educação com as atividades do campo (SANTOS, MOLIN, JESUS, 2010).

O projeto tende a garantir alfabetização e educação fundamental para jovens e adultos, formar futuros educadores, promover escolaridade no ensino médio e superior aos jovens e adultos. No projeto também estão incluídos os cursos profissionalizantes e produção de todo material didático, além de recursos para a permanência dos alunos no programa.

O PRONERA implementou ações de EJA – Educação de Jovens e Adultos, vários cursos profissionalizantes de nível médio, como de administração voltado as cooperativas, na área de saúde, de comunicação, etc. No nível superior estão os cursos das áreas de humanas e saúde, que são realizados em sistema de alternância de estudos, que corresponde a um tempo de estudos na escola e outro tempo de estudos na comunidade.

Todo o processo de educação dos assentados é realizado através de parcerias com as universidades, órgãos governamentais, movimentos sociais e sindicais, que atuam nos 27 estados do país, pelo PRONERA.

Durante a trajetória da Política Pública de Educação do Campo, vemos muitos casos de êxito, como o Decreto Presidencial de Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que não só abrange o PRONERA, mas também outras ações educacionais no campo. Sabendo que, mesmo com inércia dos órgãos governamentais e escassez de recursos, vale destacar que a temática da educação no campo cresceu nas últimas décadas, e o PRONERA possibilitou a consolidação das primeiras iniciativas de uma Educação voltada para essa realidade.

Nos seus primeiros dez anos, o programa logrou importantes resultados quantitativos. Foram centenas de projetos desenvolvidos, em parceria com mais de sessenta instituições de ensino, que alfabetizaram, escolarizaram e capacitaram cerca de 400 mil trabalhadores rurais assentados. Tais resultados impactaram significativamente a redução da taxa média de analfabetismo nos territórios da Reforma Agrária, ainda que está se mantenha alta para o padrão de uma sociedade que se propõe um desenvolvimento com justiça social. (SANTOS, 2012)

Em Pernambuco, embora não tenhamos o número total de alunos que participaram das ações de PRONERA, LUCA NETO (2011) realizou o levantamento dos recursos disponibilizados pelo INCRA/PE para convênios envolvendo Projetos de PRONERA no período de 1998 a 2008, alcançando o total de R\$ 5.670.653,50. Esse recurso foi executado por 5 instituições públicas e organizações não governamentais, destacando o autor que, em todos os convênios, houve atrasos na liberação das parcelas dos recursos.

De acordo com Caldart (2002), o movimento por uma educação envolve várias outras lutas, em prol de transformações que garantam melhores condições de vida para a população camponesa. A educação do campo deve, portanto, dar conta da complexidade e dimensão do campo brasileiro, composta por memórias, histórias, organicidade, lutas, modos e identidades de viver.

Para Moraes e Batista (2008), a construção do movimento e da política de educação no campo representa "um novo paradigma de educação contra-hegemônico, pensado pelo povo do campo para transformar as condições concretas de existência numa sociedade marcada por processos de exclusão social, política e econômica."

No diálogo com o governo federal, outro avanço importante para a conquista da política pública para a educação do campo foi a aprovação, em 2009, da Lei Federal nº 11.947, que vinculou definitivamente o projeto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). No final do Governo Lula, em 2010, foi promulgado o Decreto nº 7.352, que apresentou avanços na consolidação do sistema, ao transformar o PRONERA em política pública permanente, com a política de educação do campo (art. 11). Além disso, o art. 13 deste Decreto específico amplia o quadro de beneficiários do sistema, antes restrito a crianças e assentados de assentados da reforma agrária.

São beneficiários do PRONERA: I - o público adulto e jovem das famílias beneficiárias das tarefas de assentamento desenvolvidas ou mesmo realizadas pelo INCRA e pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNFC, descritos no §1. Primeiro do art. uma do Decreto nº 6.672, de dois de dezembro de 2008; II - alunos de cursos de especialização promovidos pelo INCRA; III - educadores e professores que realizam atividades educativas dirigidas às famílias beneficiárias; e IV - alguns outros domicílios documentados pelo INCRA.

No âmbito desse marco legal, os objetivos do PRONERA são: a) proporcionar formação adequada aos jovens e beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), em quase todos os níveis de atuação e educação do conhecimento; b) melhorar as condições de

acesso à formação de qualquer público em geral da PNRA; c) propiciar mudanças na melhoria dos assentamentos rurais por meio do conhecimento e qualificação do público do PNRA e de especialistas que desenvolvem tarefas técnico-educacionais nos assentamentos (INCRA, 2011).

Esses objetivos representam uma conquista dos movimentos sociais do campo para o investimento público para garantir o acesso da população do campo à educação pública, gratuita e adequada às condições dos assentamentos e demais comunidades camponesas.

As diretrizes do programa, que foram criadas a partir da articulação da sociedade civil, assentam na diversidade sócio territorial e cultural, nas tarefas de interação e transformação, controle democrático e desenvolvimento tecnológico e científico. Outros princípios centrais para a educação do campo e, nesse caso, também para o PRONERA, são a participação e a multiplicação, conforme nos ensina Santos:

O Pronera instituiu possibilidades de ressignificação do conteúdo e da metodologia dos processos de educação formal, por meio dos princípios básicos da participação e da multiplicação. A participação se materializa pelo fato de que a indicação das demandas educacionais é feita pelas comunidades das áreas de Reforma Agrária e suas organizações, que, em conjunto com os demais parceiros, decidirão sobre a elaboração, o acompanhamento e a avaliação dos projetos. Já a multiplicação se realiza porque a educação dos assentados visa à ampliação não só do número de pessoas alfabetizadas e formadas em diferentes níveis de ensino, mas também garantir educadores, profissionais, técnicos, agentes mobilizadores e articuladores de políticas públicas para as áreas de Reforma Agrária. (SANTOS, 2012)

Assim como o surgimento das políticas públicas de educação do campo resultam das lutas dos movimentos sociais, percebemos que muitas características e dimensões do PRONERA incorporou as experiências dos movimentos sociais e populares, como os mencionados acima por Santos, e outros que figuram com orientações para os projetos, como a transdisciplinaridade e a metodologia da alternância.³

³ - Na metodologia da alternância, " Os tempos educativos divididos em dois períodos – tempo escola e tempo comunidade – asseguram, nos projetos, a dimensão da indissociabilidade entre os conhecimentos sistematizados no ambiente escolar e/ou acadêmico e os conhecimentos presentes e historicamente construídos pelos camponeses, nos seus processos de trabalho de organização das condições de reprodução da vida no campo e nos processos organizativos de classe. Os espaços educativos da escola/universidade e do campo são duas particularidades de uma mesma totalidade que envolve o ensino, a pesquisa e as práticas, em todas as áreas do conhecimento e da vida social." (SANTOS, 2012)

3. CONTRIBUIÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PARA UMA EDUCAÇÃO NO CAMPO.

Um movimento social pode ser considerado como “estratégias e estruturas organizacionais que podem permitir que as populações oprimidas enfrentem desafios bem-sucedidos e também lutem contra as elites mais favorecidas e poderosas”. Eles representam também uma estratégia de mudança social de baixo para cima dentro das nações. (SCOTT; MARSHALL, 2009)

A ciência política, bem como a sociologia, criou uma ampla variedade de pesquisas empíricas e teorias sobre movimentos sociais. Destaca-se, por exemplo, a conexão entre a formação e os movimentos populares de partidos políticos inovadores, ao mesmo tempo em que identifica-se o papel dos movimentos sociais no que diz respeito à definição da agenda e ao efeito na política públicas.

Os movimentos sociais voltados para educação no campo, possuem um grupo específico que são os trabalhadores/as sem terra, posteriormente foi ampliado para outros movimentos e comunidades tradicionais, que lutam coletivamente pela Reforma Agrária, pela defesa de acesso à terra para a produção de alimentos para o sustento dos agricultores e de suas famílias. Os movimentos sociais e sindicais do campo trouxeram a luta pelo o acesso à educação e ao conhecimento, de onde vai surgir a proposta do PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.⁴

⁴ - Moraes e Batista (2008), relacionam os seguintes movimentos sociais, organizações e instituições que participaram do processo de construção da proposta de Educação do Campo nos anos 1990/2000, que são: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento de Organização Comunitária (MOC), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), Movimento dos atingidos por Barragem (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Comissão Pastoral da Terra (CPT), União Nacional das Escolas Familiares Agrícolas (Unefab), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Comunidades Quilombolas (QUILOMBOLA). Com apoio de entidades sindicais e científicas como SINASEFE, Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e de instituições tais como: Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados – Frente Parlamentar das CEFFA’S, CNBB, UnB, UNICEF, UNESCO, UNDIME, MDA/INCRA/PRONERA, MEC, CONSED.

Segundo a Coordenadora de Educação do MST/PE, trata-se de um exemplo de política pública que foi construída com a participação da sociedade civil, como reconhecimento pelo Estado brasileiro de uma demanda legítima dos movimentos sociais do campo.

O PRONERA é uma política pública que foi fomentada de baixo para cima. Que se deu a partir dos movimentos sociais de luta pela terra, que nos conflitos consegue então essa política no momento em que a gente estava fazendo uma articulação por uma educação do campo. É um programa que vai possibilitar o trabalho na alfabetização de jovens e adultos, mas também na elevação de escolaridade da base acampada e assentada, primeiro assentadas, e logo depois conseguimos também fossem atendidos os acampados. Foi uma política que foi defendida pelos movimentos sociais em todo o seu processo, até que em 2010 sai um decreto presidencial tornando-a uma política pública. (...) Tendo em vista a construção da educação do campo, colocamos o Pronera como representação de um laboratório de como se constrói uma política pública, desde a perspectiva dos trabalhadores, já que sua base é um tripé; o Estado, as instituições de ensino (universidades e escolas) e os movimentos sociais. (Entrevistada 1)

No caso do MST/PE, a Coordenadora de Educação do Movimento assim relata as experiências do PRONERA em Pernambuco:

Tivemos no início um trabalho voltado para alfabetização de jovens e adultos, em que os professores tinham sua formação para trabalhar com a alfabetização, ao mesmo tempo também tinha um processo de escolarização que foi uma parceria com a UFPE, logo em seguida tivemos cursos formais; dois de magistério com a UPE, um em Nazaré da Mata e outro em Petrolina, dois de Pedagogia também com a UPE, um em Nazaré e outro em Petrolina, e nós tivemos dois cursos de técnico de enfermagem pela UPE e a faculdade de enfermagem, e um curso de especialização em educação do campo e um de técnico em agropecuária em Petrolina com o Instituto Federal. Marcados sempre de embates, é um processo permanente de luta para que garantisse os recursos, essa foi sempre uma constante nos cursos do Pronera. (Entrevistada 1)

Vemos que mediante seu percurso histórico, o MST foi compreendendo que o papel da educação fortaleceria também as lutas do movimento. A preocupação não era apenas vinculada a reforma agrária, mas também a um projeto de educação popular no campo. Com intuito de ter uma ligação com os objetivos do próprio movimento, que são eles: a transformação social, cooperação, educação de classe, valorização do indivíduo e na formação de indivíduos fundamentada nos valores humanistas e socialistas⁵. Criando condições “para que as pessoas reflitam e teorizem sobre sua prática no cotidiano do trabalho, do relacionamento social, da vida em família, no assentamento ou acampamento. É a educação que possibilita que as pessoas conheçam sua realidade para poder transformá-la” (FERNANDES, 2005).

⁵ Ver site: <http://www.mst.org.br>.

Não dá para desassociar a luta pela terra e pela Educação do Campo. Há um vínculo entre essas duas lutas: ao mesmo tempo em que os movimentos lutam pela terra mostram também a carência do sistema educacional público para a educação do campo. Diante do cenário contemporâneo a luta pela terra obteve uma certa complexidade, colocando novos desafios aos movimentos sociais e até a própria estrutura das organizações. Buscando descobrir formas inovadoras de resistência, e dar conta dessas novas adversidades, introduziram na agenda pública a luta pelo acesso ao conhecimento.

4. O CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA COM ÊNFASE EM AGROECOLOGIA DA UAST.

"O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária busca a formação de jovens e adultos que, a partir de sua inserção no programa, reconhecem-se como sujeitos de direitos, como sujeitos capazes de construir suas identidades de povo camponês e produzir, no cotidiano dos assentamentos e acampamentos da reforma agrária, alternativas de transformação e enfrentamento ao modelo agrícola dominante, que expulsa crescentemente os povos do campo do seu território. O PRONERA é um instrumento de resistência que, através da educação, da escolarização e da formação, constitui sujeitos coletivos conscientes de seu papel histórico e social (II PNERA, 2015). (TED INCRA/UFRPE, 2017)

O texto acima integra o documento que formaliza a parceria entre o INCRA e a UFRPE/UAST para a criação e desenvolvimento do Curso Técnico em Agropecuária com Ênfase em Agroecologia da UAST, assinado pelos mandatários em 2017. Importante perceber que, naquele momento, o Governo Federal ainda reconhecia no PRONERA um instrumento de "resistência", e que o programa visa também construir "alternativas de transformação e enfrentamento ao modelo agrícola dominante." O vínculo entre educação e um projeto de transformação social aparece então como um ponto de partida para o desenvolvimento do curso.

O curso técnico com ênfase em agroecologia, foi oferecido no interior do estado do Pernambuco, mais especificamente no Sertão do Pajeú pela primeira vez, apresentando a implementação de uma nova proposta pedagógica, que objetivava a formação de agricultores jovens e adultos, inseridos em uma concepção de integração das atividades realizadas nas unidades de produção, assim como nas comunidades camponesas. Na perspectiva da pedagogia da alternância, os primeiros módulos foram realizados presencialmente, intercalados pelas atividades nas comunidades. Com a pandemia de Covid 19, uma negociação foi estabelecida

com o Incri para a retomada das aulas de forma presencial. As atividades desenvolvidas na própria comunidade, visavam possibilitar a integração entre a parte teórica e prática do aprendizado. A ideia do Curso é formar profissionais que possam atuar no crescimento do programa de Agricultura Familiar, na sustentabilidade ecológica, econômica e social da região. A matriz curricular do curso encontra-se em Anexo.

Segundo relatórios disponibilizados pelo Prof. da UAST Coordenador do Curso vemos detalhadamente as organizações envolvidas, que são: além da UAST/UFRPE, o Colégio Agrícola Dom Agostinho Ikas, (CODAI/UFRPE), a Superintendência Regional do INCRA (SR-03), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA, Ibimirim, PE), a Universidade Federal de Pernambuco e a Universidade Federal do Vale do São Francisco, todas em prol das atividades que foram executadas no Tempo-escola/Tempo-comunidade.

O curso Técnico em Agropecuária com ênfase em agroecologia no município de Ibimirim (PE), segundo o seu Coordenado, representou uma nova proposta educacional para o meio rural dessa região, através da Pedagogia de Alternância, com vistas à formação de agricultores jovens e adultos inseridos em uma concepção integradora com as várias atividades que se realizam nas unidades de produção e nas comunidades rurais.

Em paralelo com a proposta do curso, damos ênfase a Pedagogia da Alternância, originado na década de 1930, na França. De acordo com Silva (2003), um resumido grupo agricultores começaram a se mobilizar e questionar em torno da seguinte dúvida: como nossos filhos seriam capazes de seguir os seus estudos sem necessitar sair do campo? Essa discussão ganhou grandes proporções viabilizando o surgimento da Pedagogia da Alternância. Tratando de uma formação com períodos revezados de vivência e estudo na Escola e na família, acompanhados pelos monitores. Através da Alternância o aluno explora sua realidade por meio das atividades realizadas nos períodos escolares a começar de observações seguidas que faz meio familiar.

No conjunto das experiências, a pedagogia da alternância foi fortalecendo a prática do diálogo entre os diversos atores que envolvem os processos de formação dos educandos, tem sido considerada como uma alternativa de não romper o contato dos estudantes com o campo (NAWROSKI, 2012).

Nas palavras do Prof. Coordenador do Curso,

Estamos mudando vidas e gerando novas perspectivas tanto na academia, pois vários dos nossos educandos, através do PRONERA, conseguiram entrar no ensino superior (Agronomia, Engenharia de Pesca, zootecnia e Educação Física), quanto em atuações no mercado de trabalho, através da produção de hortaliças, ou na criação de ovinos-caprinos e de peixes. Tem o impacto social, e cultural também. Através do curso os educandos tiveram a oportunidade de conhecer o mar pela primeira vez nas práticas didáticas na base de pesca da UFRPE em Recife. Para um aluno sertanejo foi a realização de algo de outro mundo. (Entrevistado 2)

O primeiro encontro presencial do Curso aconteceu em 2019, e terminou de forma remota em junho de 2021, completando os 4 módulos previstos. Dentre os alunos, percebemos pelos relatórios que são provenientes de diversas comunidades e movimentos sociais, como: a) Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) com educandos oriundos dos municípios de Serra Talhada, São José do Belmonte, Ibimirim, Petrolândia, Inajá, Belém do São Francisco, Orocó, Jupi, Passira, Goiana, Caruaru; b) Comissão Pastoral da Terra (CPT) com educandos do município de São José do Egito e Iguaraci; c) Federação Estadual dos Quilombolas com educandos oriundos dos municípios de Mirandiba e Triunfo, com idade de 15 a acima de 56 anos.

Da leitura dos relatórios do três primeiros módulos do curso, destacamos que, mesmo diante diversas contribuições, o curso sofreu algumas limitações em seu percurso, como: a impossibilidade de aquisição de materiais permanentes; o choque cultural entre os educandos dos diversos movimentos sociais e comunidades tradicionais, tendo como medida reparadora a organização de sábados culturais com manifestações artísticas e culturais dos diferentes movimentos sociais e comunidades tradicionais enquanto estavam no ambiente escolar; outra dificuldade foi em função da pandemia, que proporcionou atrasos no calendário acadêmico e desistência dos educandos (próximo à 50%), então tiveram um grande trabalho pela frente de planejamento estratégico, remanejamento dos calendários, Inclusão do curso no Período Letivo Excepcional da UFRPE, em conjunto com a Administração Superior da UFRPE e a Superintendência do INCRA – Recife, políticas públicas de inclusão digital.

Tendo em vista a última dificuldade, que ocasionou um número maior de evasão, destacamos alguns comentários que alunos fizeram na ficha de acompanhamento disponibilizada pelo curso:

Todos os professores estão de parabéns pelo modo de ensino espetacular e adaptação ao momento em que vivemos com essa pandemia. Mas que também temos a plena convicção de que o técnico foi prejudicado por falta das aulas práticas. Mas mesmo assim eu estou feliz em voltar a estudar e ter a oportunidade de finalizar um curso tão importante creio que para todos.

Educando A - Acampamento Antônio Cândido

Durante as aulas presenciais estava ótimo o curso. Mas durante essa pandemia me desmotivou muito não gostei das aulas online.

Educando B - Quilombo Feijão e Posse

Porém para mim o curso está sendo muito satisfatório pois está atendendo tudo o que eu buscava dele e indo além abrindo novas janelas para o meu futuro. Acredito que as pessoas que estão administrando o curso e coordenando já estão dando o máximo de si para que tudo que pudesse melhorar por isso estou muito satisfeito e agradecido.

Educando C - Comunidade Enxú

Tudo ótimo, na realidade estou triste por que o curso em si está acabando.

Educando E - Iatí-PE *(por ser idoso, esse aluno precisou da ajuda do monitor para responder as perguntas pela internet)

Cabe destacar, desses apontamentos, o impacto da pandemia para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, tanto para os alunos do PRONERA como nas universidades públicas de maneira geral. Para os alunos que residem na região metropolitana de Recife as aulas remotas já representam um desafio, para os alunos/as que residem em áreas de assentamento e comunidades quilombolas a situação deve apresentar obstáculos imensos. Importante também é percebermos que há um interesse dos alunos com a parte técnica do curso, bem como pelas aulas práticas. O acesso a esse tipo de conhecimento pode ser fundamental para a melhoria das condições de vida das famílias. E também é importante perceber que, dentre os cursistas, havia trabalhadores com dificuldades para o acesso à internet, o que torna o processo pedagógico remoto quase impossível.

De acordo com evento “Seminário de Culminância - Curso Técnico com Ênfase em agroecologia PRONERA/UFRPE/INCRA”, exibido via youtube pelo canal oficial UFRPE, ocorrido no dia 18 de junho de 2021, mais de 50 estudantes iniciaram o curso, e chegaram ao fim com a formação de 27 educandos no dia 15 de junho, que saíram aptos a atuarem na área.

Esses estudantes têm um aspecto muito especial, tendo em vista que já eram atuantes na agricultura familiar e que tiveram uma oportunidade de uma formação técnica, uma

ressignificação daquilo que eles já tinham conhecimentos ancestrais e culturais, e agora acadêmico, no contexto do meio ambiente no sertão, semiárido e da caatinga.

No campo das políticas a serem implantadas, o principal objetivo foi a superação das desigualdades, fortalecendo o campo com um local com melhores perspectivas de vida. Um ponto importante que trará benefícios diz respeito às possibilidades que se abrem de uma maior integração dos conceitos e teorias aprendidos em sala de aula com as atividades reais do dia a dia do campo. A abrangência temática envolvendo os aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais serão uma porta para a formação de profissionais com senso crítico e capacidade crítica para debates e proposição de solução de problemas que podem beneficiar toda a comunidade do entorno.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acesso à educação de qualidade é um direito constitucional, e que deve atender a todos os brasileiros, independente de classe social ou qualquer outro aspecto. A educação é um fator preponderante na criação de novas perspectivas dentro da vida das pessoas, principalmente no caso de pessoas de baixa renda. Além de ser importante no aspecto econômico, a educação transforma vidas ao criar uma consciência crítica, capaz de questionar o mundo ao seu redor e de opinar sobre os acontecimentos que o rodeiam.

A situação da educação no Brasil é algo aterrorizante, principalmente quando se trata das escolas no meio rural de nosso país. Políticas de incentivo à criação, desenvolvimento e melhoria nas escolas do campo são de grande importância para fomentar o desenvolvimento sustentável do país. O PRONERA tem mostrado um papel ativo ao possibilitar o acesso à educação pública de qualidade para os povos do campo.

Como experiência mais próxima a nós, o curso Técnico em Agropecuária com Ênfase em Agroecologia do PRONERA/UFRPE/UAST, mesmo com algumas dificuldades, representa uma vitória para os movimentos camponeses de Pernambuco e para a universidade pública brasileira, aproximando ainda mais a academia da sociedade. E foi a partir dessa questão, que demos destaque a essa experiência educacional.

Hoje esse programa sofrendo duras investidas para o seu fim, já que agora ele está em eminência de ser extinto definitivamente, quando o recurso disponibilizado é insuficiente pode ocorrer a inanição. Em 21 de fevereiro de 2020 por intermédio do Decreto 10.252/2020 a estrutura do INCRA sofre alterações regimentais que trazem modificações significativas nas funções deste órgão, que passa a ficar sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Uma consequência imediata desta alteração que veio pelo Decreto foi a extinção da Coordenação Geral de Educação do Campo e Cidadania que era a responsável pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, o PRONERA, que durante mais de 20 anos foi um lugar de referência política para a elaboração e gestão de políticas públicas de educação. A extinção do programa por intermédio de uma decisão autocrática representa um retrocesso para todo a nação brasileira, pois mais do que alfabetizar jovens e adultos do campo, foi um programa responsável pela introdução de milhares de camponeses e seus filhos no ensino universitário.

Desde meados dos anos noventa do século anterior, entrou na agenda pública o interesse pelo problema da educação das populações que residem e retiram do campo a sobrevivência das suas famílias, bem como alimentam as cidades, resultado da luta dos movimentos sociais do campo. Este esforço visa destacar as necessidades dos movimentos para a implementação de políticas públicas para todos as dimensões dos assentamentos da Reforma Agrária, apresentando o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) como um exemplo disso. Procuramos demonstrar que a luta desses movimentos não se resume à conquista da terra, mas busca além da formação a todos os níveis, o que inclui a educação, saúde, assistência técnica etc.

O procedimento para a criação de uma política pública de Educação do Campo não começou com o MEC, mas na sociedade civil organizada, muito mais corretamente falando, no centro de organizações e movimentos sociais do campo, no tipo de experiências formativas amplamente utilizadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDES, Bernardo Fernandes. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília, 1999.
- BRASIL, Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996. **Dispõe sobre diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: < http://planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>, Acesso em 06. Jul. 2021.
- CALDART, Roseli Salete. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. (Orgs.). **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Brasília, DF: **Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, Coleção Por Uma Educação do Campo**, nº 4, 2002. p. 25-36.
- CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo. In.: Dicionário da Educação do Campo.** / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. pp.259 - 267.
- Charles Tilly, **Social Movements**, 1768–2004, Boulder, CO, Paradigm Publishers, 2004 262 pp. ISBN 1-59451-042-3 (capa dura) / ISBN 1-59451-043-1 (brochura)
- FARAH, Marta Ferreira Santos. **Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do "campo de públicas"**. Revista de Administração Pública [online]. 2016, v. 50, n. 6, pp. 959-979. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0034-7612150981>>. ISSN 0034-7612. Acesso em 15 de maio de 2021
- FERNANDES, Rosana. **Projeto educacional para crianças e adolescentes do campo: a experiência do MST**. Revista Agriculturas, v. 2, nº 1, abr., 2005. Disponível em <http://www.aspta.org.br/publique/media/5v2n1.pdf>.
- FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 12. ed. Campinas, 1979.
- KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Brasília, 2002.
- LUCAS NETO, Paulino Justo. **Políticas Públicas para o desenvolvimento rural: uma análise sobre a eficácia do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA**. Recife/PE. 2011. [dissertação de mestrado defendida no PADR/UFRPE]
- MORAES, Veronilce Alves de; BATISTA, Maria do Socorro Xavier. **Movimentos Sociais e a Educação do Campo: um projeto de educação para o desenvolvimento sustentável do campo**. Anais do SEMILUSO - Seminário Luso-Brasileiro-Caboverdiano/III Encontro Paraibano de Geografia/III Semageo 29 de junho a 02 de julho de 2008, João Pessoa-PB, Brasil

- NAWROSKI, A. **Aproximações da pedagogia da alternância com a escola nova.** In: IX ANPED-SUL. Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. Caxias do Sul, 2012.
- NETO, Paulino Justo Lucas. **Políticas Públicas para o desenvolvimento rural: Uma análise sobre a eficácia do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA.** 58.f. p.19, Recife, 2011.
- RODRIGUEZ, Ernesto; Castro, Mary Garcia; LIMA, Fabiano; ABRAMOVAY, Miriam. **Políticas públicas de/para/com as juventudes.** Brasília, 2004.
- SANTOS, Clarice Aparecida dos; MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire dos Santos Azevedo de. **Memória e história do Pronera: contribuições para a educação do campo no Brasil.** Brasília, 2010.
- SANTOS, Clarice Aparecida. **Por uma educação do campo.** 7. ed. Brasília, 2008.
- SANTOS, Clarice Aparecida. **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).** In.: Dicionário da Educação do Campo. / Organizado por Roseli Salette Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p.629-635.
- SCOTT, John; Marshall, Gordon (2009), “**movimentos sociais**”, **A Dictionary of Sociology, Oxford University Press**, doi: 10.1093/acref / 9780199533008.001.0001, ISBN 978-0-19-953300-8, recuperado em 06-03-2020.
- SILVA, Lourdes Helena. **As experiências de formação de jovens do campo: alternância ou alternâncias?** Editora UFV, Viçosa, 2003.
- SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: Conceitos, Tipologias e Sub-Áreas.** 2002. Disponível em:<[http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/3843/material/001- %20A-%20POLITICAS%20PUBLICAS.pdf](http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/3843/material/001-%20A-%20POLITICAS%20PUBLICAS.pdf)> Acesso em: 30 de abril de 2021.

ANEXOS

MÓDULO I	CARGA HORÁRIA		
	Teórica	Prática	C.H.
Matemática	30	15	45
Português Instrumental	20	10	30
Filosofia dos Movimentos Sociais	40	20	60
Geografia e Movimentos Sociais no Campo	40	20	60
Ecologia e Meio Ambiente	40	20	60
Introdução a Ciência dos Solos	20	10	30
Cunicultura	30	15	45
Produção Orgânica de Hortaliças	40	20	60
Subtotal			390
MÓDULO II	CARGA HORÁRIA		
	Teoria	Prática	C.H.
Apicultura	40	20	60
Produção suínos em sistema agroecológico	40	20	60
Fruticultura	40	20	60
Manejo e Conservação de Forragens	30	15	45
Culturas tradicionais (feijão, milho, mandioca, etc...)	40	20	60
Manejo e conservação dos solos	30	15	45
MÓDULO III	CARGA HORÁRIA		
	Teoria	Prática	C.H.
Produção de aves de corte e postura em sistema agroecológico	40	20	60
Ovino-caprinocultura	40	20	60
Aquicultura (Piscicultura, Carcinocultura e Ranicultura)	60	30	90
Irrigação	40	20	60
Identificação e Controle Alternativo de Pragas e Doenças	40	20	60
Topografia e Desenho Técnico Aplicado na Agricultura Familiar	40	20	60
Subtotal			390
MÓDULO IV	CARGA HORÁRIA		
	Teoria	Prática	C.H.
Cooperativismo e Associativismo	40	20	60
Construções Rurais	30	15	45
Planejamento e projetos de empreendedorismo	40	20	60
Gestão e Extensão Rural	40	20	60
Tecnologia de Processamento de Produtos de Origem Animal e Vegetal	40	20	60
Mecanização Agrícola com Ênfase em Agroecologia	40	20	60
Subtotal			345
Estágio Supervisionado			360
TOTAL			1875

Fonte: Relatório de execução